

Butros-Ghali joga cartada final

EXPRESSO, 15.7.95

NICOLE GUARDIOLA
enviada a Angola

ERAM 16h45 em Luanda quando o avião do secretário-geral das Nações Unidas aterrou ontem no aeroporto da capital angolana, com cerca de duas horas de atraso sobre o horário previsto. Uma audiência com o Presidente José Eduardo dos Santos, uma reunião com a direcção da UNAVEM outra com a comissão conjunta e um jantar de gala preencheram o programa do primeiro dia.

Hoje, Butros-Ghali desloca-se ao Huambo para visitar o primeiro destacamento de «capacetes azuis» colocados na capital do Planalto e também ao Bailundo (a 45 quilómetros de Huambo) para um encontro com Jonas Savimbi, que não figura no programa oficial distribuído à Imprensa mas que constitui há dias o «segredo» mais comentado em Luanda.

O representante do secretário-geral em Angola, Alouine Blondin Beye, disse ao EXPRESSO que a visita «irá consolidar e acelerar a paz». Desmentiu os rumores de «puxões de orelha» aos negociadores angolanos. «O objectivo é incutir confiança. O secretário-geral veio aqui manifestar que a comunidade internacional está firme e determinada e disposta a apoiar por todos os meios a pacificação e reconstrução de Angola», acrescentou Beye.

Opinião partilhada pelo embaixador de Portugal, Rocha Páris. «Há um mês que as duas partes angolanas estão a trabalhar directamente, sem mediado-

res, para resolver os problemas concretos, e isto é um sinal positivo mesmo se o diálogo não avança com a rapidez que queríamos», disse o diplomata português.

Um lugar em questão

A questão da vice-presidência a atribuir a Jonas Savimbi é objecto das maiores especulações, com uns e outros a acusarem-se mutuamente de não dar o primeiro passo para resolver o contencioso acerca do lugar e do papel do líder da UNITA. Com efeito, a criação de um ou vários cargos de vice-presidente só faz sentido se se optar por um sistema presidencial em detrimento do regime parlamentar definido na actual Constituição. Ou seja, em detrimento do MPLA vencedor das eleições de 1993, o que explica as ferozes resistências que o projecto encontra entre a «nomenclatura» do ex-partido único e também por parte dos chamados pequenos partidos, receosos de ver instaurar-se o que chamam de «ditadura bicéfala».

Para os militares governamentais, os atrasos no processo político avolumam os riscos de descarrilamento da «paz podre» que se vive em todo o país. Pequenas escaramuças, ataques e actos de vulgar banditismo põem à beira de um ataque de nervos dois exércitos que ainda permanecem frente a frente sem saber se o fim da guerra é efectiva e irreversível.

«Quarto ramo» nas Forças Armadas

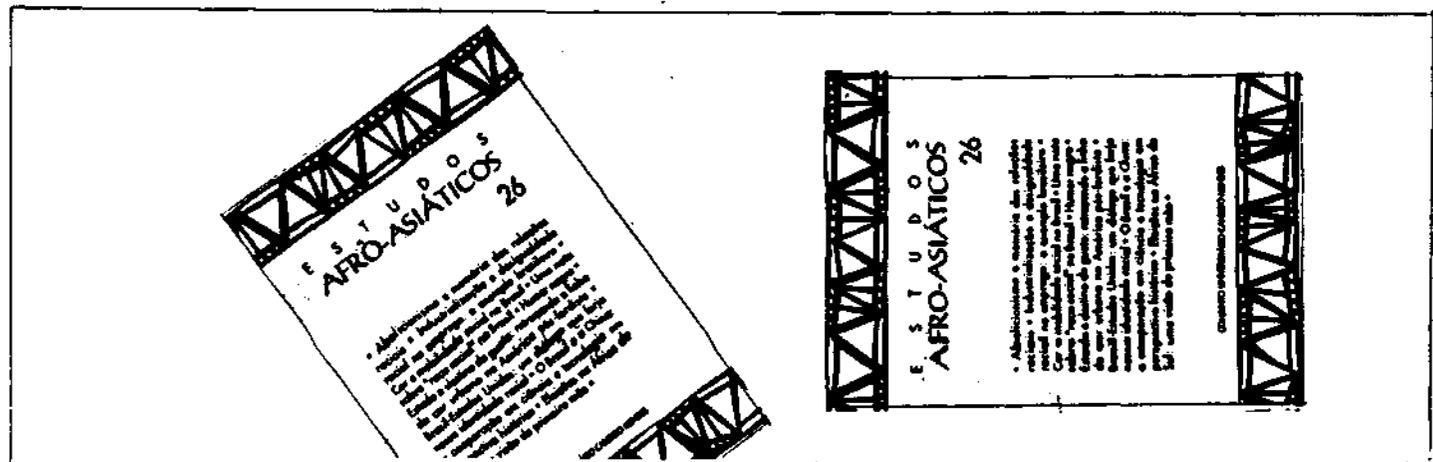
Há três semanas que as delegações militares presididas pelos dois chefes do Estado-Maior, João de Matos, pela parte governamental, e Arlindo Chenda «Ben-Ben», pela UNITA, discutem uma proposta governamental visando a cria-

ção de um quarto ramo das FAA, o «Exército de Reconstrução Nacional».

Como o seu nome indica, esta força seria destinada a reconstruir pontes, infra-estruturas, edifícios públicos e militares, proporcionando ao mesmo tempo aos seus efectivos uma preparação técnico-profissional com vista à sua futura desmobilização. Ninguém põe em causa a utilidade e a necessidade de tal projecto, mas já não é pacífica a distribuição dos militares da UNITA e do Governo pelos quatro ramos. Os

homens de Savimbi agarram-se à letra dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaca, que prevêem a paridade entre oficiais e militares profissionais oriundos da guerrilha e do Exército governamental. Acusam a chefia militar das FAA de quererem empurrar a maior parte (mais de 5000) dos oficiais e quadros da UNITA para o «Exército de segunda» encarregado das tarefas mais penosas, reservando para si o monopólio quase exclusivo das funções militares propriamente ditas.

Foi no meio deste labirinto que o secretário-geral aterrou ontem com as mãos cheias de palavras de encorajamento e de promessas de ajuda ainda por concretizar. Dos 220 milhões de dólares pedidos aos países-membros da ONU para financiar a primeira fase do aquartelamento das tropas só estão garantidos 90 milhões e 60 foram efectivamente entregues. Com o seu optimismo proverbial, Alouine Beye afirma que se trata de um resultado «honroso» tendo em conta as dificuldades do momento internacional.



Danças com kwanzas em Luanda

Uma «bica» custa dois milhões e as outras contas são uma canseira num quotidiano de sobrevivência e ironia

EXPRESSO, 5.7.95

NICOLE GUARDIOLA enviada a Luanda

DOIS sismos, de intensidade variável, abalaram a cidade de Luanda durante o passado fim-de-semana: a entrada em vigor da nova moeda e o aumento de 100% do preço da gasolina e dos combustíveis. O povo andou de cabeça perdida, dias a fio não se falou de outra coisa e os mais pessimistas profetizaram o pior: uma explosão de violência, motins, pilhagens como as que aconteceram recentemente noutras capitais do Terceiro Mundo.

Mas o grande susto não passou disso mesmo; tudo voltou à normalidade quotidiana de uma cidade esquizofrénica, deixando apenas à superfície das águas uma ligeira ondulação. Alguns, poucos, ficaram ainda mais ricos, a esmagadora maioria mais pobre e desnorreada.

«Chefe, amanhã não posso vir ao trabalho. Preciso arranjar comida, uma consulta para a mãe que anda cheia de dores, e uns calções para o filho mais novo, que diz que sem eles não volta à escola», disse Manel na semana passada. Já lá vão sete dias e nunca mais apareceu. Está doente, ou morto, quem sabe? O Manel vive longe do centro, algures na estrada de Viana, e nos últimos tempos tem sido um problema chegar a casa depois do anoitecer. Três, quatro controlos, uma nota de 500 mil kwanzas por cada paragem. «Para a gasosa», dizem os fardados, que até são amigos, menos gananciosos que os colegas da alfândega do aeroporto que, para deixarem passar mais depressa os estrangeiros, pedem normalmente mil escudos.

Dinheiro aos triliões

Nesta imensa Luanda, de quase três milhões de habitantes, que quase nada produz, o dinheiro é o princípio e o fim de tudo. Não se fala noutra coisa. E falar em dinheiro tem duas bitolas. Uma era, até à semana passada, o sofrido «novo kwanza», que circula aos molhos, em pacotes de notas de 500 mil, presos por elásticos — dois milhões para uma bica, 3,5 milhões por uma cerveja. As contas são uma canseira: biliões, triliões...

Negócios importantes, só em dólares: o «verdinho», o «clinton» — que outrora se chamou «reagan» — como se lê nos anúncios classificados no «Jornal de Angola». «Vende-se Ford Transit, motor impecável, USD 5900, preço negociável». «Arrenda-se. Vivenda r/c-1º andar, Vila Alice, USD 2000/mês».

Até os meninos da rua sabem fazer a conversão monetária. António, o malangino (de Malange) abalou para uma zona mais abastada, junto ao mercado de Kinaxixi e é agora, com os seus 11 anos franzinos, o «mais velho» de um bando de quatro miúdos mais novos que «trabalham» para ele. «Quanto cobras por lavar um carro?» «Cinco milhões», responde o «empregado» de alcunha Pipocas, sem deixar de mexer o funge que engrossa no lume, ateadado no pedestal de uma estátua há muito desaparecida. Dois ou três dólares, corrige o António, ciente que, nestas horas de perturbação cambial, mais vale jogar nos valores-refúgio. Ao lado da panela, uma garrafa de tinto alentejano: Redondo. Os rapazes têm os seus gostos — preferem misturá-lo com coca-cola.

Mas agora, e até Dezembro, há que contar com a terceira moeda, o «kwanza reajustado» que «vale» mil vezes mais que o «novo», que irá ser progressivamente retirado. «Mera operação técnica» — explicaram com insistência o ministro

das Finanças e o governador do banco central —, destinada apenas a facilitar as transacções e a vida das pessoas.

Na realidade, longe de facilitar, o «kwanza reajustado» complicou a vida de todos e já mereceu ser rebaptizado «kwanza revoltado». Tudo começou a 29 de Junho, na véspera da sessão do Parlamento que devia aprovar a mudança de moeda.

Os armazenistas fecharam as portas ou passaram a vender só em dólares e a pronto. As quitadeiras e os mercados acompanharam o movimento e os preços dos produtos alimentares dispararam em flecha, com especial rapidez para os menos perecíveis. O litro do óleo vegetal passou de 4 para 10 milhões, o açúcar de 1,5 para 5 milhões, o quilo do arroz de 600 mil para 5,5 milhões. Apesar da campanha de informação nas rádios e na televisão, cortia pelos musseques a voz de que o «novo kwanza» deixaria de ter curso na semana seguinte e todos queriam desfazer-se dele. Cem dólares saltaram dos 220 milhões de kwanzas para 320 milhões.

E como uma desgraça nunca vem só, sábado, pela calada da noite, entrou em vigor o novo preço da gasolina: 800 mil kwanzas o litro, contra 405 mil na véspera — 50 milhões para encher o depósito. Recorde-se que o salário médio da função pública angolana, polícia incluída, ronda os 10 a 15 milhões, e que o ordenado de um médico ou de um capitão do Exército não ultrapassa os 20 milhões.

Se o primeiro tem como alternativa a consulta privada, (quando não é sócio de uma das clínicas privadas que proliferam em Luanda), o mesmo não acontece com o segundo, e menos ainda com as dezenas de milhares de reformados com pensões da ordem dos 7,5 milhões de kwanzas. Para estes, muitos deles militantes da primeira hora do MPLA, a inflação galopante dos últimos meses significa algo muito pior que a dieta reduzida a uma única refeição diária. «Há meses que não passa um bocadinho de pão ou de carne por esta boca», confessa um reformado de 70 anos. «Mas o que mais dói é a perda da dignidade, não poder comprar o jornal ou conviver com os amigos. Já não vou a casa de ninguém por não poder retribuir.»

Alguns procuram disfarçar a frustração. As reformas, dizem, são necessárias, mas o Governo não está a tomar as medidas certas para fiscalizar os preços e «pôr na ordem os infiltrados estrangeiros que estão a desorganizar a economia nacional». Pôr na ordem os seus agentes angolanos — «aqueles meninos que aparecem com uma procuração dos antigos donos (das casas) e conseguem dos tribunais ordens de despejo contra os legítimos ocupantes, que as receberam do Estado angolano», denunciam.

Violência organizada

Já foi anunciado um aumento de 500% nos salários da função pública e o pagamento dos salários atrasados até ao fim do mês. «Cinco vezes nada é nada», ironiza um funcionário judicial furioso com a decisão do comité de greve de pôr termo à paralisação iniciada a 21 de Junho. Mas as greves, as reivindicações são métodos de luta que ameaçam tornar-se rapidamente obsoletos.

Continua na pág. 3

Quem espera desespera

EXPRESSO, 5.7.95

DOIS MESES depois do encontro de Lusaka entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, e da chegada a Angola dos primeiros «capacetes azuis» da terceira missão da ONU (UNAVEM III), o processo de paz angolano continua a arrastar-se com uma lentidão exasperante. «Nunca a paz esteve tão perto, mas ainda não se chegou ao ponto de a podermos considerar irreversível», disse Durão Barroso durante a visita que efectuou a Luanda esta semana, enquanto as duas partes angolanas acusam a comunidade internacional em geral, e as Nações Unidas em particular, de regatear os apoios e de não mostrar suficiente empenho na resolução do conflito. Uma acusação que o representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, rejeita liminarmente. Com cerca de 2600 homens no terreno, entre «capacetes azuis», observadores militares, polícias e civis, e a chegada,

antes do fim deste mês, dos batalhões de infantaria do Zimbábue e do Brasil, e apesar das dificuldades financeiras e logísticas, a aplicação do dispositivo da ONU prossegue segundo o calendário previsto.

O mesmo não se pode dizer das negociações entre as duas partes angolanas, quer no plano político quer, sobretudo, no plano militar, para resolver as «questões pendentes». Três semanas de contactos directos entre representantes do Governo e das chefias militares de Luanda, por um lado, e a delegação de alto nível da UNITA chefiada por Abel Chivukuvu e o general Arlindo Pena «Ben-Ben» produziram um acordo sobre os novos lugares de aquartelamento das tropas da UNITA, o seu desarmamento e integração nas Forças Armadas nacionais. Mas a situação sobre o terreno pouco se alterou desde a assinatura do Protocolo de Lusaka, e existe, entre militares dos dois lados, um estado de tensão e desconfiança mútuas que podem fazer deflagrar uma crise a qualquer momento. Se, do lado da UNITA, as resistências mais fortes parecem vir do campo militar, do lado do Governo os problemas políticos não parecem mais fáceis de resolver. A ratificação, pelo Parlamento, da proposta de criação de duas vice-presidências, uma das quais a atribuir a Jonas Savimbi foi, inesperadamente, retirada da agenda da

sessão plenária de 30 de Junho sem nenhuma explicação válida. Pretexto imediatamente invocado pela UNITA para adiar uma resposta e uma proposta ainda sem força legal. A ida de Savimbi a Luanda durante a visita que o secretário-geral da ONU efectuará a Angola entre os próximos dias 14 a 17 poderá estar eventualmente comprometida. Butros-Ghali, que tenciona visitar os «capacetes azuis» estacionados no Lobito e no Huambo ainda não renunciou ao seu desejo de presenciar o primeiro reencontro dos dois líderes em terra angolana. A Comunidade Internacional está cada vez mais cansada e tentada a desinteressar-se de um conflito que se eterniza sem motivos entendíveis. O Programa Alimentar Mundial acaba de anunciar que as suas reservas de bens alimentares de urgência para Angola estão à beira da ruptura. O choque provocado pelas primeiras medidas de reorganização económica e financeira é apenas um sinal dos esforços que serão necessários para repor o país a funcionar depois da orgia de destruição e morte dos últimos dois anos. Durão Barroso disse que a comunidade internacional não compreenderia que os dirigentes políticos angolanos deitassem a perder uma paz que custou tantos sacrifícios. E os angolanos ainda menos.

N.G.

Continuação da pág. anterior

Danças com kwanzas em Luanda

Os mais novos e os mais atrevidos optam por métodos mais expeditos para conquistar o seu lugar ao sol. Se os tráficos, o contrabando, a delinquência de «colarinho branco» são ainda o tipo de criminalidade mais frequente — e praticamente impune —, os assaltos à mão armada aumentam qualitativa e quantitativamente, revelando um nível de organização até agora desconhecido. São lojas e armazéns «limpos» em escassos minutos por grupos armados que não receiam operar a plena luz do dia, carregando o saque em camiões ou carrinhas, sem que a polícia se atreva a intervir, se é que ela mesma não toma parte nos roubos como insinua a população.

A presença da polícia de intervenção, os famosos «ninjas», em patrulhas por todas as ruas da cidade, fez baixar significativamente a pequena delinquência, afugentou os vendedores ambulantes e as mulheres que trocavam dólares nas ruas mas parece insuficiente para pôr cobro às acções dos comandos armados. Luanda ainda está longe dos níveis de insegurança que se registam em outras cidades africanas, mas está assustada por esta nova forma de «guerra» que lhe bate à porta quando todos falam da paz e da reconciliação.

As peripécias das negociações com a UNITA, a chegada dos «capacetes azuis», a vice-presidência oferecida e ainda não aceite por Jonas Savimbi deixaram de suscitar comentários polémicos. A ironia e o cinismo são os últimos refúgios contra o desespero. «Sobrevivemos à guerra, mas esta paz está a dar cabo de nós», comentou entre duas gargalhadas amargas um jornalista angolano.

Beye pressiona Savimbi

PÚBLICO, 12.7.95

O PRESIDENTE da Comissão Conjunta (CC), Alioune Blondin Beye, foi ontem ao Baiundo para informar o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, sobre os contactos que teve nas Nações Unidas sobre o processo de paz em Angola e tentar convencer o líder do segundo maior partido angolano a ir a Luanda quando ali chegar o secretário-geral da ONU. Butros Butros-Ghali visita oficialmente o país entre os dias 14 e 16. O chefe da delegação da UNITA na CC, Isaias Samakuva, que acompanhou o representante do secretário-geral da ONU ao Baiundo, na região do Huambo, no Planalto Central, disse no entanto que é «pouco provável» que Savimbi vá a Luanda nessa altura por ainda não existirem «garantias de segurança». Entretanto os Estados-Maiores do exército angolano e da UNITA iniciaram ontem em Luanda uma reunião destinada a concluir a formação do exército único, com a incorporação dos militares da UNITA. ■

Autarcas de Portugal e Cabo Verde desafiam Governo

PÚBLICO, 11.7.95

MÁRIO de Almeida desafiou ontem em Cabo Verde o Governo de Lisboa a seguir os exemplos de cooperação protagonizados pelas autarquias dos dois países. O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses falava na apresentação do Seminário sobre Cooperação Descentralizada, na Cidade da Praia, aproveitando a ocasião para enaltecer os apoios que as autarquias portu-

guesas vêm concedendo às suas homólogas cabo-verdianas. O desafio que lançou ao Executivo português foi o de criar uma linha de crédito destinada a apoiar a execução de acordos de geminação entre municípios portugueses e de Cabo Verde, de modo a aumentar «perspectivas futuras de manutenção dos laços privilegiados» entre os órgãos de poder local de ambos os países. ■

Realizou-se no passado dia 3 de Junho, na Praia, a apresentação da "Introdução à Gramática do Crioulo", de Manuel Veiga. Como convidados convidados, reunimos o assunto, através da publicação dos textos de Alice Matos e Isabel de Lima Leão, a quem cedeu a apresentação da obra. Tendo muitas outras intervenções de Alice Matos, reservando para o próximo número a publicação da intervenção de Isabel de Lima Leão. Para além do facto de representar um reconhecimento decisivo na valorização da língua cabo-verdiana, esta obra de Manuel Veiga, com o contributo de Maria Fonseca, presidente do Instituto Cabo-Verdiano da Cultura (INM) na sua vasta intervenção, teve-se inicialmente de grande importância para o futuro das línguas cabo-verdiana e portuguesa, em Cabo Verde. Nesta forma, dá-se um passo significativo na aperfeiçoamento das técnicas do domínio tanto de uma como da outra línguas, a valorizar ainda mais com o aparecimento próximo do Dicionário de Crioulo-Português, também a cargo de Manuel Veiga.

Introdução à Gramática do Crioulo

Em nome da cultura para o desenvolvimento

NOVO JORNAL, 12 7 95

Texto: Alice Matos

Desde os idos anos 80, que Manuel Veiga acordou em mim e, quem sabe, em outros colegas do Bacharelato de Português da Escola de Formação de Professores, esta preocupação natural de quem, depois de, com todos os argumentos na mesa, ter concluído que o crioulo não é um dialecto, se pergunta a si próprio, legitimamente: E depois? Ou, por outras palavras, o que é que adianta?

Nessa altura, um ano após o Colóquio sobre o Crioulo, realizado em Mindelo, aprendíamos a estrutura da nossa língua materna e Manuel Veiga era nosso professor. Suponho que pela primeira vez, em Cabo Verde, a Língua Caboverdiana (LCD) integrava o currículo de um curso.

A questão tinha (e continua a ter) absoluta razão de ser, principalmente para nós, na altura, professores em formação. Na verdade, já não era bastante afirmar e defender que o crioulo tinha uma estrutura própria, que era língua.

Interessava-nos, também e, talvez, principalmente, saber como tirar partido dessa realidade que aos poucos fomos interiorizando e que nos era pedido gerir, com eficácia. A realidade era (é) este contexto linguístico que se mantém: duas línguas em presença, uma primeira, maternal, nacional, outra estrangeira, mas não estranha, oficial, e, por isso, veicular do ensino e da aprendizagem.

Isto é, no fundo, púnhamo-nos a seguinte questão: se temos que ensinar português a estes meninos, cabo-verdianos, portanto, falantes nativos do crioulo; se essa segunda língua que só aprendem na escola tem algo a ver com a sua língua materna; se nós próprios, professores, também somos utentes de ambas, e mais, sabemos como funciona uma e outra língua; como fazer com que eles accionem a sua competência linguística primeira no sentido de otimizar a aprendizagem da língua segunda?

Bilinguismo — de declaração a intenção

Era assim que colocávamos a questão do português e do crioulo

no ensino, na medida em que, como defendemos em 1979, em Mindelo, o bilinguismo deveria deixar de ser uma declaração para passar a ser uma intenção, um objectivo a alcançar.

Anos depois, já na Universidade, viríamos a entender que a questão não era apenas metodológica. Era antes de mais uma questão psico e sociolinguística que mereceria uma análise específica com mais e outros instrumentos.

Passou-se muito tempo desde a altura em que manipulávamos os conceitos de estrutura profunda e de superfície, distinguíamos competência de *performance*, identificávamos traços distintivos e até servíamos de informantes, na qualidade de falantes nativos da variante de S. Vicente. Na época, Manuel Veiga tinha na forja o trabalho cujo lançamento nos reúne hoje, aqui.

Mas não é só por isso que aceitei o convite de Manuel Veiga para partilhar (...) convosco alguns aspectos da problemática da valorização da língua cabo-verdiana.

Aceitei o convite por este motivo simples mas que me parece nobre: é necessário e urgente que se alargue cada vez mais o leque de cabo-verdianos a pensar a língua nacional, a tomar posição relativamente a ela.

Com efeito, agora, mais do que nunca, em que o estigma do dialecto pertence ao passado, a questão da valorização impõe-se, é uma tomada de posição cultural, no seu sentido essencial, é uma questão de cidadania.

Qualquer estratégia de intervenção visando a valorização da língua cabo-verdiana deve erigir como etapas de excelência a padronização linguística e a sua instrumentalização.

É com base neste entendimento que me vou permitir relembrar, ainda que em traços muito gerais, algumas das medidas e tarefas que a padronização impõe e implica.

(...)

Gostaria, antes de mais, de partilhar convosco alguns pressupostos, ou princípios, se se quiser, ligados à problemática da língua e da variação e da dicotomia variação/norma.

Nenhuma língua é uma realidade por si só

Nenhuma língua é uma realidade por si só. As línguas actualizam-se através do uso, isto é, da fala e dos escritos dos seus utentes, falantes nativos ou não.

Ao se actualizar a língua, a variação instala-se, esta sim, a realidade palpável. Esta variação não significa o caos, ela tem as suas regras que se consubstanciam nas regularidades do uso.

Como todas as línguas, a nossa também varia. No espaço, de norte a sul, de ilha para ilha. No tempo e com o tempo. Adequa-se à diversidade de situações e contextos em que é usada. Até há quem defenda, em outras latitudes, o slogan "um uso, uma classe".

Mas é exactamente no interior desta variação, aparentemente sem dono nem limites, que vamos encontrar a invariante da estrutura que nos permite dizer língua cabo-verdiana e variantes de Sotavento e Barlavento, enfim, falar de comunidade linguística.

A variação, no entanto, não pode ser analisada isoladamente, isto é, desligada da norma. É a norma que, juntamente com outras manifestações linguísticas como os níveis ou registos de língua e o erro, dá conta do carácter heterogéneo intrínseco ao próprio conceito de língua.

Uma das questões que se costuma colocar nas discussões sobre a padronização é a da necessidade do estabelecimento da norma e, a ela ligada, a não menos importante questão de quem a institui, quem formaliza a norma.

Afirma-se, amiúde, que a normalização linguística é da competência dos poderes instituídos, é um acto do poder, enquanto a variação é de natureza sociolinguística, é uma prerrogativa dos utentes, dos falantes. Neste sentido, a norma opor-se-ia ao uso plural que é, no entanto, o único *modus vivendi* da língua.

Tal entendimento reflecte, por outro lado, a ideia de uma contradição, muitas vezes explorada de forma improdutivo, entre variação e norma. A contradição é apenas aparente. Com efeito, muitos dos crité-

Continua na pág. 5

Continuação da pág. anterior

Em nome da cultura para o desenvolvimento

rios que delinham a norma são, também eles, e em última análise, de natureza sociolinguística.

Das variantes para a unidade

É que, normalmente, por detrás de uma justificação linguística para defender a pertença ou não de uma determinada forma à norma estabelecida, encontra-se quase sempre um critério de valor socialmente construído. No que parece haver contrasenso é na questão da necessidade do estabelecimento da norma.

Situamo-nos, mais uma vez, no contexto nacional, reafirmamos a urgência do estabelecimento de uma ou mais variantes de referência, ponto de partida para a normalização, nas suas vertentes gráfica, sintáctica, lexical.

A língua cabo-verdiana realiza-se através do conjunto de variantes localizáveis no território nacional. Se do ponto de vista da comunicação oral, entendemo-nos mutuamente (e minimamente), parece que a escrita reclama um modelo que tenderá a fazer a unidade na variação. Tal modelo não implicará, contudo, a rejeição das demais variantes.

A preocupação da harmonização deverá, para isso, ser assegurada, através da integração no sistema de determinadas variantes, fonológicas como lexicais, na procura constante de uma forma que reúna a maior parte dos consensos.

Aliás, em matéria de língua, todos os consensos são necessários. A adopção de um modelo tendo em conta as demais variantes permitirá evitar, ao nível da escrita, a multiplicidade no interior da língua.

É nesta direcção que vemos desenvolver-se o processo que conduzirá ao sistema da escrita da língua cabo-verdiana, um instrumento que com a Gramática viabilizará a introdução do crioulo no ensino e proporcionará nova dinâmica à formação dos professores nesta matéria.

Entretanto, outras questões se colocam. Uma delas, que deveria ter sido prévia às considerações que vimos tecendo, prende-se com a viabilidade da normalização. Noutros termos, a língua cabo-verdiana será viável sob a forma escrita? Parecendo, à primeira vista, não ter razão de ser, esta questão pode, no entanto, não estar ainda ultrapassada.

O engajamento dos falantes

Para ajuizar da viabilidade da normalização da escrita de uma língua, esta é confrontada com critérios que se identificam previamente. Por uma questão apenas metodológica, e tão-somente para pensarmos em conjunto o nosso caso, sublinharei dois desses critérios: um, o engajamento dos falantes e o outro, a implicação da standardização nas várias esferas de actividade.

O engajamento dos falantes varia de acordo com o estatuto que pensam que a língua deve ter; tem a ver com a importância que lhe dão, mormente num contexto de diglossia; enfim, decorre da forma como a valorizam.

No inquérito realizado recentemente no quadro dos "Estudos de Perspectivas de Longo Prazo - Cabo Verde 2020", em que foram inquiridas 500 pessoas das ilhas de S. Vicente, Santiago, Santo Antão e Fogo, 344 consideram que a língua cabo-verdiana é valorizada em Cabo Verde, contra 138 que pensam o contrário.

Das 344 pessoas que responderam que o crioulo é valorizado, 136 não têm a escola primária, 99 têm a 4ª classe, 54 o ciclo preparatório, 43 o ensino secundário, liceal ou técnico, e 12 têm uma formação média ou superior. Pode-se assim concluir que à medida que aumenta o nível de formação académica diminui a percentagem dos que acham que o crioulo é valorizado.

O estudo não clarifica o entendimento que os inquiridos têm do termo "valorizado", mas poder-se-á entender que os "mais formados" - passe a expressão - têm maior consciência do muito que há a fazer para a dignificação da língua cabo-verdiana?

Coloçam-se, por outro lado, outras interrogações que estudos posteriores poderão ajudar a esclarecer, nomeadamente: será que os que acham que a língua não é valorizada, valorizam-na? Acham que ela deve ser valorizada? Como?

Tais questões têm muita razão de ser quando está provado que o engajamento das chamadas elites intelectuais neste processo é preponderante.

O outro critério que dá conta do grau de viabilidade da standardização de uma língua resume-se nestas palavras: a normalização responde a uma necessidade real da comunidade linguística respectiva? Esta necessidade exprime-se através de domínios claramente identificáveis de utilização escrita da língua tais como a educação, a cultura e sua transmissão, a comunicação social, a religião?

Nos "Estudos" que vimos referindo, citamos:

"Uma percentagem igual à que considera valorizada a língua cabo-verdiana, 69% gostaria que no futuro esta fosse utilizada como língua de ensino, o que lhe daria outro estatuto. Tal pretensão é contrariada por 27% da amostra, invocando outros argumentos: é "desnecessário", porque há uma língua oficial que é a portuguesa ou porque a LCV só é utilizada em Cabo Verde (14%); seria "difícil", pois colocam-se certos problemas como é o caso da harmonização das variantes de cada ilha ou então a inexistência de "regras" gramaticais (11%). Conclui-se, no entanto, que, em termos de aspiração, a maioria dos inquiridos deseja que a LCV seja introduzida como língua de ensino nas escolas".

Como se verifica pelas respostas, a instrumentalização da língua parece constituir condição *sine qua non* da sua valorização.

Felizmente que nesta terra o processo, a nível técnico, vai ganhando terreno. A proposta de Gramática hoje apresentada junta-se a outras propostas técnicas já submetidas ao poder político, a mais recente delas, a "Proposta de Alfabeto", rota desde Maio do ano passado e já nas mãos das instâncias de decisão.

Resta-nos esperar que esta dinâmica influencie positivamente o poder. Em nome da cultura. Para o desenvolvimento.



Savimbi não vai a Luanda

Aqui do Santos, em Luanda

A IMPOSSIBILIDADE de Jonas Savimbi viajar até à capital angolana, por alegadamente não se terem reunido as condições que garantiriam a sua segurança, anulou o encontro tripartido inicialmente previsto para amanhã entre o secretário-geral das Nações Unidas, o Presidente Eduardo dos Santos e o líder da UNITA.

Esta decisão, apesar de não ter apanhado de surpresa os meios oficiais, apenas terça-feira foi comunicada ao Governo e ao mediador da ONU, que à hora do fecho desta edição desenvolvia ainda intensos contactos de bastidores para tornar possível sábado, no Bailundo, um frente-a-frente entre Butros Ghali e Jonas Savimbi.

As indecisões criadas com a "nega" de Savimbi em deslocar-se a Luanda, terão colocado o Governo "entre a espada e a parede", temendo que sobre ele recaísse por inteiro o ónus do fracasso desta visita de dois dias do secretário-geral da ONU a Angola, a julgar até pelo receio que uma eventual presença do líder da UNITA suscitou nos meios oficiais.

Fonte bem colocada confirmou ao PÚBLICO não existi-

rem ainda "condições psicológicas" para a população da capital receber Savimbi, adiantando que "isso seria uma grande responsabilidade para o Governo". "Não podemos descurar os problemas que se colocariam à sua protecção", acrescentou.

Mas, contrariamente aos habituais ziguezagues de Alioune Beye, o número um do "Galo Negro" na Comissão Conjunta, Isaias Samakuva, deixou o jogo mais claro. "Um encontro entre o doutor Savimbi e Butros Ghali seria muito benéfico ao processo de paz, mas ele não se tem que realizar necessariamente em Luanda. Pode ter lugar noutra parte do país".

Esta primeira visita do secretário-geral da ONU a Angola ocorre numa altura em que são visíveis sinais de impasse nas negociações indirectas, feitas através de uma troca de correspondência regular entre Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos. Este último, segundo soubemos de fonte segura, terá já conhecimento da possibilidade de o líder da UNITA vir a declinar a oferta do cargo de vice-presidente, no caso do MPLA insistir em indicar uma figura sua para idênticas funções.

O figurino constitucional (dois vice-presidentes e um primeiro-ministro) proposto pelo Presidente angolano deixaria Savimbi demasiado subalternizado, embora fontes do MPLA excluam qualquer recuo nessa direcção, alegando ter sido o líder da UNITA quem solicitou a Nelson Mandela para que o seu homólogo angolano encontrasse para ele um lugar digno na hierarquia do Estado.

Conhecedor da velha amizade que Butros Ghali e Savimbi mantêm há mais de 30 anos, Eduardo dos Santos deverá solicitar ao secretário-geral da ONU, no encontro privado agendado para amanhã, que demova o líder da UNITA desta posição, bem como o pressione no sentido de começar a aquartelar os seus 60 mil soldados até finais de Agosto. Além dessa "démarche", é também certo que, apesar de Alioune Beye já ter garantido que a comunidade internacional prometeu um milhão de dólares diariamente para suportar durante três anos a missão de paz da ONU, o Presidente angolano peça ao visitante garantias financeiras para o processo de paz.

Contrariando os exagerados optimismos de Beye, a UNITA, na voz do general Ben-Ben, na terça-feira deixou claro que o aquartelamento das suas tropas não seria feito tão rápido quanto pretende o Governo. "Talvez devêssemos consultar bem o Protocolo de Lusaca, que nos recomenda que não devemos passar para a fase seguinte sem concluir a anterior". Para este dirigente da UNITA, o processo de paz "não ganhou ainda a dinâmica própria", uma vez que "neste momento a maior preocupação é procurar uma efectivação do cessar-fogo", sem o qual não é possível assegurar "a livre circulação de pessoas e bens".

Tudo indica, pois, que subsistem fortes divergências quanto às modalidades de incorporação global das FALA (exército da UNITA) nas Forças Armadas Angolanas, bem como o "timing" a respeitar no aquartelamento das antigas forças guerrilheiras. No entanto, a deslocação que, esta manhã, uma delegação mista do Governo e da UNITA fará ao Bailundo, para se reunir com Jonas Savimbi, deixa pressupor que as duas partes farão um gesto de boa vontade para reforçar a confiança recíproca, a pouco menos de 24 horas do desembarque de Butros-Ghali. ■

Butros Butros-Ghali chega hoje a Angola

Visita a um país que continua dividido

Jorge Heitor

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas visita a partir de hoje Angola, mas se em Luanda conferência com o Presidente José Eduardo dos Santos, terá de ir possivelmente a uma província do Centro para ver Jonas Savimbi. É a prova mais clara de um país ainda dividido, que só dentro de alguns anos conseguirá ultrapassar as sequelas das suas guerras.

Butros Butros-Ghali, o diplomata egípcio que se encontra actualmente à frente da ONU, chega hoje a Angola para uma visita de 48 horas, mas não poderá deixar de constatar o grande atraso que ainda se verifica na aplicação dos Acordos de Paz assinados em Lisboa a 31 de Maio de 1991 e actualizados em Lusaca a 20 de Novembro de 1994.

Se é em Luanda, a capital, que o visitante conferência e janta com o Presidente da República, terá depois de ir talvez ao Planalto Central ou à área de Benguela para dialogar com o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, apesar de este já ha-

ver sido contactado no sentido de vir a ocupar um dos mais altos cargos do Estado angolano.

O processo de paz encajado com as conversações de Bicesse e depois reactado na capital zambiana ainda poderá demorar mais dois ou três anos a dar todos os seus frutos, pelo que ainda não é aparentemente este fim de semana que vemos reunidos numa mesma sala, em Luanda, José Eduardo dos Santos, Butros Butros-Ghali e o chefe do Galo Negro.

A cimeira de 6 de Maio, em Lusaca, entre o Presidente de Angola e a principal figura da oposição levantou a expectativa de que as coisas comessem a andar mais depressa e de que dentro de seis ou sete semanas outro encontro dos dois homens se verificasse, dessa vez no Futungo de Belas. Mas a verdade é que mais de dois meses são já passados sem que se concretize a ambicionada reunião, alegadamente, por ainda não ser possível ao Governo garantir a total segurança de Savimbi durante uma sua ida a zona da capital, onde há muitas armas em poder da população, que ao longo dos anos foi habituada a encarar-lo como um inimigo.

Neste segundo semestre de 1995, nem a UNITA foi ainda desmilitarizada, nem se desar-

MASSIMO MATTEOTTI

PÚBLICO, 14.7.95



Butros Ghali: um fim-de-semana em Angola

mou a população civil de Luanda e outras regiões, nem a ONU tem em Angola o grosso dos sete a 8000 homens que seriam necessários para garantir o fun-

cionamento pleno da Missão de Verificação (Unavem III).

Hoje, na altura da chegada de Butros Butros-Ghali, vindo do Uganda e do Ruanda, segun-

do notícia a AFP, as Nações Unidas ainda nem sequer têm no terreno um terço dos efectivos aprovados em Fevereiro pelo Conselho de Segurança. Aguarda-se para os próximos dias um batalhão de infantaria do Zimbabwe, mas depois disso ainda haverá que aguardar mais um mês ou dois por tropas da Índia e do Brasil, entre outras.

A ONU não se quer comprometer em pleno, com a concretização da presença de todos os seus homens, enquanto a reconciliação dos angolanos não for de facto irreversível. O processo de desaminagem "decorre de modo muito lento", conforme José Eduardo dos Santos observou o mês passado na cimeira da OUA, em Adis Abeba. A libertação dos prisioneiros foi interrompida...

Uma vez mais, como já tantas vezes tem acontecido desde há mais de 20 anos, de cada vez que há alguma esperança quanto ao bom encaminhamento dos assuntos de Angola logo se seguir as coisas se complicam, como se aquele país tivesse de esperar mesmo até aos derradeiros anos do século para ter plenas

garantias de paz e de reconciliação nacional.

Ainda de acordo com o balanço que há 17 dias o Presidente fez, perante os seus pares

africanos, a situação relativamente normal que se tem estado a viver desde a histórica cimeira de Maio, em Lusaca, não significa ainda um êxito total do processo de paz, mantendo-se sempre no horizonte o risco de um retrocesso.

Aliás, já nas vésperas da reunião de Maio entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi o secretário-geral da ONU dizia, num relatório ao Conselho de Segurança, que muito havia por fazer em diversos campos; e que em qualquer altura poderia suspender a criação dos capacetes azuis no terreno, se as duas partes angolanas não cumprissem aquilo a que se haviam comprometido.

É pois de acreditar que Butros Butros-Ghali insista hoje no Futungo e amanhã junto de Savimbi em que todos os prisioneiros sejam efectivamente libertados, as tropas aquarteladas e a população desarmada, para que depois se concretize a incorporação global dos efectivos da UNITA nas Forças Armadas Angolanas e a entrada na polícia de elementos da mesma proveniência.

Por seu turno, o Presidente poderá observar-lhe que nas últimas cinco semanas não viu chegar a Angola muito mais de 200 capacetes azuis, a juntar aos 1800 homens que a ONU lá tinha no início de Junho. E assim se vai arrastando a situação, com cada uma das partes intervenientes no processo — Governo, UNITA e Nações Unidas — a acusar por vezes as outras de serem responsáveis pela morosidade do mesmo. ■

DA PENA PRA FORA

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és!

DONATO LOPES BRITO

A Cidade da Praia foi sacudida pela notícia de prisão de dois cidadãos surpreendidos, de acordo com a declaração da polícia, a pichar paredes. A notícia nada teria de insólito não fosse o facto dos referidos cidadãos serem, um, deputado da Nação dado como próximo do PCD e ex-Delegado do Governo, por sinal o último na Praia, e outro, um dirigente do Partido da Convergência Democrática — PCD. A notícia de pichagem trouxe à colação o conteúdo e a localização dessas pichagens, regra geral pessoais, insultuosas e até obscenas, portanto desrespeitadores do bom nome das pessoas, para além de significarem falta de civismo, falta de respeito à propriedade privada e pública, interpretação abusiva da Lei, ostensiva provocação às autoridades, gosto pela ilegalidade e transgressão, e uma forma indirecta de esbanjamento. Esbanjamento porque foram rios de tinta que se gastaram inutilmente (cada spray custa à volta de 600\$00) e serão necessários mares de tinta pagos pelos privados e pelo erário que somos todos nós para restaurar a propriedade violada e conspurcada. Para um partido que apela para poupança, que clama pela democracia e, obviamente, para o respeito pelas leis do País não ficou bem ver um dos seus dirigentes envolvidos nessa trama. Mas ainda foi pior quando destacados militantes seus e do PAICV (felizmente poucos) passaram pela cidade "aplaudindo" o acto. Alguns, envergonhados, justificaram a manifestação alegando que era dirigida contra a prisão e o espancamento. Ficamos sem saber se o afirmavam por convicção ou se o faziam por um gesto de incompreensível "solidariedade" que, precipitadamente, assumira e que urgia justificar ou, ainda, se tudo não passava de desculpas de mau pagador.

Na verdade ninguém, mas ab-

NOVO JORNAL, 15.7.95

olutamente ninguém, neste País será capaz de acreditar que um polícia "bateu" num cidadão, mormente num deputado que tenha acatado ordeiramente uma ordem e que se lhe tenha dirigido correctamente. Isto só aconteceria em caso de total loucura! E o afirmar-se deputado talvez não seja suficiente para se acreditar que alguém o seja... sobretudo se as circunstâncias não eram abonatórias nem deixavam prever tal atitude da parte de um tão ilustre cidadão — um deputado da Nação. Não era uma pequena infracção ao código de estrada. Era a sequência de um conjunto de maledicências, obscenidades, de que nos envergonhamos de reproduzir aqui, dirigidas, sempre na calada da noite, contra cidadãos que, como quaisquer outros, no mínimo, têm direito ao bom nome e à defesa desse nome; e isto para não falarmos do respeito que se deve àqueles que legitima e legalmente governam o País. Mas o mais interessante é que, tendo-se falado na agressão e sevícias, tanto quanto sabemos, nenhum exame médico foi solicitado pelo advogado de defesa para provar o espancamento e maus tratos como normalmente acontece nesses casos. Incúria do advogado? Também ninguém acredita que seja por puro desconhecimento!...

2. Do comportamento dos manifestantes, alguns deixaram uma mensagem aos mais novos de que a lei é para transgredir. Picharam as paredes a coberto de "imunidade" e deram um exemplo gritante de "respeito" pela ilegalidade, como convém a um deputado de um país civilizado. Ficou-se com a ideia de que quiseram provar que a imunidade existe precisamente para permitir cometer certos crimes... Muito fácil: comete-se uma ilegalidade e apela-se para a ilegalidade para a tornar impune. Não há dúvida que estamos num País surrealista. Esses é que são os "democratas" que querem governar?! Aqui sim, caberá voltar a perguntar: Que valores?!

3. Não é segredo que em cam-

panha todos os partidos, com maior ou menor grau de civismo, usam pichagens, "normalmente" como consequência da impossibilidade de conter as bases mais zelosas.

Mas quando essas pichagens são realizadas fora do seu quadro legal e por dirigentes partidários, faz-nos pensar que, ou esse partido não tem bases ou as pichagens constituem a principal prioridade desse partido, transformando-se numa autêntica obsessão que impõe o envolvimento de todo o seu estado-maior. Ou então, tratando-se de um partido de "massas", constituem um acto de solidariedade operária. Isto é, danificar para depois dar de ganhar aos seus pintores no momento da recuperação e conservação do património conspurcado.

Mas talvez não seja nada disso. Talvez seja apenas um desespero generalizado. Aliás, as imagens da televisão são a esse respeito bastante elucidativas... o histerismo, o ódio, o atabalhoamento e os actos praticados que podemos observar e ler em determinadas mensagens deixou-nos a impressão de estar na presença de uma maneira de estar na política que nada, mas absolutamente nada tem a ver com o modo de a fazer com elevação, mas sim com batueza, grosseria e sobretudo erianice. E é absolutamente certo que os mais humildes eleitores do MpD estão hoje satisfeitos do facto desse partido se ter livrado da companhia política de certas "individualidades" que a Convenção afastou para bem longe.

Mas também não deixa de ser curiosa a justificação que se tentou veicular de que as pichagens tinham como origem a falta de acesso aos meios de comunicação social. Num País em que a imprensa é totalmente livre; e que circulam dois jornais da oposição que veiculam toda a casta de notícia que entendam; em que a oposição utiliza a Televisão e a Rádio, quer a estatal quer a privada, para descarregar, como várias vezes se assistiu, todo o seu fel contra

Continua na pág. 8

ACORDO PORTUGAL-ANGOLA

Petrogal 'ataca' África a partir de Luanda

EXPRESSO, 15.7.95

A PETROGAL pretende desenvolver as suas operações em África a partir de uma base angolana montada em Luanda. Nesse sentido, o responsável executivo da petrolífera portuguesa, Manuel Ferreira de Oliveira, vai deslocar-se a Angola no próximo dia 18, para encetar um conjunto de negociações com as autoridades deste país, tendo agendado um encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos em que será abordada a forma de concretizar esta estratégia.

Na reunião com Eduardo dos Santos, o responsável executivo da Petrogal deverá apresentar um conjunto de «soluções» que resultaram de anteriores encontros mantidos entre os técnicos da empresa portuguesa, a ministra angolana dos Petróleos, Albina Africano, e o presidente da Sonangol, Joaquim David.

Estes contactos decorrerão na semana em que se realiza a Feira Inter-

nacional de Luanda — FILDA — e o seu resultado será decisivo para a definição do «Plano Estratégico da Petrogal até ao ano 2000», que será «gizado» em Lisboa, até ao final da próxima semana, pela administração da petrolífera.

Na definição das prioridades internacionais da Petrogal, a criação de uma base «pivot» em Luanda assume particular importância, pois será decisiva para a entrada no mercado da África do Sul em «parceria» com a Sonangol. O «Plano Estratégico» também deverá equacionar as alterações a realizar no sector de refinação da Petrogal, que terá de ser dotado de maior eficiência (apesar dos respectivos investimentos já terem sido concluídos). Quanto ao sector da distribuição, a administração da Petrogal não deverá propor alterações ao modelo actual.

Entre os accionistas privados da Petrogal esta estratégia é bem aceite porque lhes permitirá obter um con-



José Eduardo dos Santos

junto de sinergias. Veja-se que, na «sub-holding» Finpetro, os interesses do grupo Espírito Santo poderão ser assim maximizados porque este mantém a intenção de desenvolver a

actividade financeira em Angola. E na «holding» Petrocontrol destaca-se a participação de Manuel Boullosa, que continua com interesse no mercado moçambicano, quer na área da refinação quer na da distribuição (também em vista ao abastecimento dos postos de venda circundantes da África do Sul). A este respeito, Manuel Boullosa manifesta interesse em que o seu grupo dê continuidade a este projecto, caso a sua rentabilidade o justifique.

Como «moeda de troca» das negociações a manter entre a Petrogal e Angola, poderá ser avançada a entrada da Sonangol no capital da Petrogal (um projecto há anos mantido em aberto), bem como a passagem dos postos da Sopor (actualmente detida a 100 por cento pela Petrogal) para a Sonangal (uma empresa de capitais cruzados entre as duas petrolíferas).

J.F. PALMA-FERREIRA

Continuação da pág. anterior

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és!

o Governo e o partido que o sustém; em que, por dá cá uma palha, se convoca uma conferência de imprensa como meio de apenas atacar o Governo através da comunicação social do Estado; em que se utiliza a transportadora aérea nacional (incompreensível e inadmissivelmente) para levar ao estrangeiro apenas o ponto de vista da oposição (procure-se saber qual é o jornal que circula nos nossos aviões); justificar pichagens como falta de acesso aos meios de comunicação social e de propaganda, além de caricata, é ridícula e descabida. É uma autêntica anedota!

4. Mas, ainda, o que na realidade mais nos surpreendeu é a rocambolesca manifestação de carros. Não sabemos qual a "cabecinha" que engendrou tal ideia. Mas um partido que se diz de "massas" e "pobre" (?), organizar uma manifestação de carros, num país como o nosso, é excluir, à partida, a participação das bases, se existem, e do povo; é descaracterizar-se; ou é, delibera-

damente, traçar uma estratégia de fracasso; ou todas essas coisas juntas. Na verdade, o número de manifestantes, ou de carros (se preferirem, pois era um em cada carro), era de longe inferior aos dos mais incógnitos casamentos da Praia. Mais uma prova evidente do desespero do PCD — que o impede de reflectir — e da lucidez deste povo que não se deixa enganar tão facilmente por aqueles que lhe querem passar atestado de menoridade.

5. O que deixa uma grande mágoa e profunda tristeza é que alguns cidadãos (felizmente muito poucos) tidos como sérios e honestos, de quem se esperava sempre que se constituíssem numa espécie de reserva moral da sociedade, pela pureza das suas ideias e pela generosidade das suas acções, se vejam envolvidos em determinadas manifestações, talvez como simples, mas absurdo gesto de solidariedade, emparceirando-se, quiçá, com marginais e

arruaçeiros e defendendo publicamente com o seu gesto a ilegalidade e a arruaça com a qual passam a identificar-se.

Vítimas de uma manipulação subtil através de uma cuidada, trabalhada e orientada desinformação, e reféns de certos compromissos meticulosamente explorados, essas pessoas que merecem respeito e consideração, pouco a pouco vão caindo em descrédito e nem se dão conta que vão denegrindo e consumindo a sua própria imagem para dar rosto a um projecto que nem sequer é verdadeiramente o deles.

Um dia, objectos de um tratamento menos respeitável e menos considerado, questionarão a razão da atitude e encontrarão a resposta na fonte, na velha e infalível sabedoria popular: DIZ-ME COM QUEM ANDAS, DIR-TE-EI QUEM ÉS!

Casas portuguesas 'reabrem' descolonização

EXPRESSO, 15 7 95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

A DEVOLUÇÃO de bens imóveis a portugueses desentrou esta semana velhos «fantasmas» da descolonização. E fez estalar a guerra entre representantes do poder judicial e a bancada parlamentar do MPLA, que submeteu à Assembleia Nacional angolana uma nova lei para regulamentar os despejos.

Advogados foram acusados por círculos políticos de estarem coniventes com uma alegada tentativa de «recolonização patrimonial» — por terem dado pareceres favoráveis à restituição de bens imóveis pertencentes a antigos senhorios que dizem ser de nacionalidade portuguesa.

Os fantasmas do passado ressurgem agora no quadro de um movimento de contestação generalizada à política de despejos. Embora a situação atinja todas as classes sociais herdeiras do património colonial, tem como principais alvos os «brancos portugueses» que (em, alguns casos, regressados a Angola após 18 anos de ausência) tentam recuperar os seus bens.

Por outro lado, a alegada existência de uma cabala montada a partir de Lisboa (com ramificações em alguns escritórios de Luanda), ao agitar diversos círculos e ao provocar um clima de mal-estar social e de insegurança habitacional, traz à população o receio de um regresso aos muceques.

«Os colonos foram embora e o que nós fizemos foi fazer o favor de, durante dezoito anos, guardarmos as suas casas», queixam-se muitos luandenses. Alguns advogados defendem, porém, que tudo não passa de um falso alarme, encapotando inconfessados fins políticos, pois uma boa parte dos conflitos, segundo dizem, ocorre «entre cidadãos que jamais se ausentaram do país».

Mas a ira não arrefeceu. E esta semana alguns círculos do próprio MPLA não esconderam a sua indignação por aquilo que designam de «atitude antipatriótica e oportunista» de alguns causídicos tidos como defensores de interesses «binacionais».

Tudo parece ter-se precipitado com as declarações de Mendes Carvalho, deputado do MPLA, interpretadas como

um incitamento ao incumprimento das decisões judiciais, o que ameaça «tornar inútil e sem credibilidade» o papel da Justiça, passando «os interesses em conflito para as mãos dos mais fortes, com o direito da força a substituir a força do direito».

Os ânimos aqueceram e o Supremo Tribunal teve de vir a terreiro na quarta-feira para lembrar às partes em conflito que «as decisões judiciais prevalecem sobre as de todas as outras entidades, sem excepção», numa alusão a uma alegada intromissão do poder político na sua actividade. E também para referir que a natureza dos conflitos em jogo tem a sua origem «na inadequação da lei do inquilinato vigente há mais de três décadas, no desconhecimento da situação jurídica dos imóveis antes da outorga pela então secretária de Estado da Habitação de muitos contratos de arrendamento e na celebração de sucessivos contratos de arrendamento do mesmo imóvel a mais de um inquilino».

Dois casos «muito politizados»

A gota de água que fez transbordar o copo parece ter surgido depois de um dos tribunais da capital ter determinado a devolução de duas vivendas localizadas no bairro de Aivalade e ocupadas ilegalmente durante mais de dez anos por dois altos dirigentes do MPLA — o antigo chefe do Estado-Maior das FAPLA, general João Luís Neto (Xietu) e o ex-governador da província do Bengo e membro do comité central do MPLA, Azevedo Júnior —, apesar de os respectivos proprietários (de nacionalidade portuguesa) nunca terem abandonado o país.

Um outro caso, atinge Bornito de Sousa, igualmente deputado do MPLA, que há mais de oito anos forçou a ocupação da residência de Miguel Faria de Bastos, um advogado português, que foi expulso de Angola em circunstâncias ainda pouco claras. Faria de Bastos regressou há algum tempo ao país e surge agora como defensor da sua própria causa.

Tratando-se, no entanto, de figuras do sistema, o Governo tem optado (por mútuo acordo entre partes em conflito) pela compra das casas — a preços que geral-

mente ultrapassam os 250 mil dólares.

Ana Major, também jurista, parte destes exemplos para explicar que «a realidade demonstra que houve confiscos que não respeitaram os pressupostos legais, nomeadamente casos em que o proprietário faleceu no país ou foi evacuado por doença para o estrangeiro onde veio a falecer, estando os respectivos processos a ser apreciados pelos tribunais com a morosidade que lhes é característica».

Falsificação de identidades

Segundo a advogada, «estão igualmente nessa situação o património de sociedades comerciais cujo acto de confisco não teve em conta a permanência no país de um ou mais sócios; não podem ainda deixar de ser enumerados os casos em que alguns proprietários que, não tendo abandonado o país, viram os seus bens confiscados na sequência de denúncias de inquilinos ou outros cidadãos que puderam, na altura, tirar partido disso».

Alguns desses casos podem ser «pacificamente digeridos» pelo sistema. No entanto, o pano de fundo do conflito radica agora na «legitimidade» que os antigos proprietários dizem dispor para desalojar os inquilinos

— mesmo perante situações de confisco em que o Estado não deu cumprimento integral aos pressupostos subseqüentes àquele acto.

Os políticos porém, já deram mostras de não alinhar pelo mesmo diapasão dos advogados. E o primeiro a dar o mote foi o escritor Costa Andrade (N' Dunduma), na sua crónica semanal «Contra-Corrente», difundida às quintas-feiras pela rádio Luanda Antena Comercial — LCA: «Mas se Silva Cardoso [o último alto comissário português para Angola], em nome do antigo dono, vier levantar também o processo para a devolução do país terá sido completado o processo do confisco, nacionalização e registo de propriedade?».

A legitimidade de intervenção de alguns supostos proprietários está a ser agora também questionada, devido à duvidosa autenticidade da sua cidadania — tanto mais que já foram descobertos casos de falsificação de identidade.

«Com meia dúzia de dólares, corrompem os funcionários dos registos e, no bom estilo zairense, engendram também expedientes para legalizarem a sua situação perante bens que dizem ser seu património», explica um deputado da oposição, que, nesta matéria, se aliou às posições defendidas pela bancada do partido governamental.

Pilotos 'namoram' UNITA

EXPRESSO, 15 7 95

A PRESTAÇÃO de serviços de transporte aéreo à UNITA poderá ser um dos objectivos da recém-criada STAN, uma sociedade formada por pilotos portugueses de aeronáutica civil a que surge associado um elemento da representação política daquele movimento angolano em Lisboa.

Com uma duração prevista de três anos, o contrato com a UNITA permitiria à STAN realizar um volume de negócios anual da ordem dos 1,5 milhões de contos. Constituída na semana passada no 24º Cartório Notarial de Lisboa, a empresa ficaria responsável pelas operações necessárias à realização dos transportes de passageiros e carga da UNITA em Angola — desde o aluguer dos aparelhos à sua manutenção.

Por razões de segurança, a UNITA efectua actualmente os seus transportes a partir

Continua na pág. 10

Agricultores sul-africanos vão instalar-se em Moçambique

“Vêm aí os farmeiros!”

PÚBLICO, 15.7.95

AS NEGOCIAÇÕES sobre a fixação de colonos boers em Moçambique já se encontram na fase final e é provável que os primeiros comecem a chegar em Agosto.

O Conselho de Ministros foi informado, na terça-feira, em Maputo, do ponto da situação pelo chefe da comissão interministerial que está a negociar com os agricultores sul-africanos. Paulo Zucula revelou que está iminente a assinatura do Acordo de Princípios Básicos de Entendimento sobre o Programa de Desenvolvimento Agrário, após o que as partes passam à “fase exploratória dos terrenos”, que também consta do pacote negocial.

Delegações de “farmeiros” sul-africanos brancos têm efectuado visitas de prospecção a várias províncias moçambicanas, mas o Governo de Maputo garante que nada existe ainda de definitivo quanto à extensão e à localização das terras a explorar pelos novos colonos. Recentemente, o presidente da União dos Agricultores do Transvaal, Dries Bruwer, tinha declarado que as autoridades moçambicanas já identificaram oito milhões de hectares para atribuição às mil famílias boers que vão cruzar a fronteira. Paulo Zucula, porém, desmentiu essas afirmações e contrapôs que a escolha das

terras carece ainda de um estudo cuidadoso.

O projecto de fixação dos agricultores em Moçambique começou a ser discutido em Fevereiro, em clima de radiante optimismo. Desde então, porém, as negociações atravessaram momentos difíceis, chegando o Presidente Joaquim Chissano a admitir que tudo pudesse ficar em águas de bacalhau. No princípio do mês, o chefe de Estado reconheceu que a discussão das 27 cláusulas do Acordo de Princípios Básicos tem deparado com dificuldades que ele e o seu homólogo Nelson Mandela não previram quando discutiram o assunto, em princípios de Março.

O Presidente afirmou que a criação de colonatos boers no país “não é o que estava no espírito das partes”. Esclareceu que o seu Governo pretende que os “farmeiros” criem “joint-ventures” com agricultores moçambicanos, deixando claro que se trata de condição “sine qua non” para o projecto ir avante.

Estado boer

Na semana passada, o principal negociador do acordo, Paulo Zucula, já reconhecera a existência de problemas nas negociações com os sul-africanos. “Os receios deles são três”, precisou. “Querem ter a certeza

de que, mais tarde, os seus bens não venham a ser nacionalizados; não querem ser obrigados a arranjar postos de trabalhos para desmobilizados e não querem ser forçados a criar sociedades com moçambicanos que, depois, não vão estar lá na terra a trabalhar.”

Zucula revelou que, por seu lado, receia que “o processo redunde numa expropriação de terras de camponeses moçambicanos, que venha a haver, nas áreas de fixação, conflitos sociais decorrentes do desnível de vida entre afrikaners e moçambicanos, para além da questão do Estado Boer”.

O projecto de fixação dos colonos, que conta com o apoio do Presidente Mandela, nasceu de uma iniciativa do general Constand Viljoen, líder da Frente da Liberdade e antigo chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa da Afri-

ca do Sul. Os boers, ou afrikaners, são descendentes de colonos holandeses, alemães e huguenotes franceses e constituíram o núcleo do regime que impôs o “apartheid”. Vencidos nas eleições, não deixaram nunca de pressionar o Governo a reconhecer a legitimidade de um Volkstaat, um território próprio dos afrikaners.

O semanário sul-africano “Sunday Independent” revelou no fim-de-semana passado que os planos da diáspora boer se estendem a 15 países africanos, incluindo a Guiné-Bissau e Angola. “Estamos preparados para fazer as malas e deixar a nossa casa por 40 anos ou mais”, disse Constand Viljoen. “Nós conhecemos África e nenhum outro povo está em posição de dirigir o curso dos acontecimentos neste continente como os afrikaners.”

José Pinto de Sá,
em Maputo

Continuação da pág. anterior

Pilotos ‘namoram’ UNITA

► do Congo-Zaire e da Namíbia. Segundo fontes do sector, as tarifas cobradas à UNITA chegam a rondar os 15 mil dólares por hora, o equivalente a 2220 contos.

Um responsável da UNITA em Lisboa afirma desconhecer o negócio, mas admite que «se a UNITA conseguir tornar mais baratos os custos dos abastecimentos, tanto melhor para ela». «Assim que se concretize o processo de paz, os transportes e abastecimentos poderão ser assegurados a partir de Luanda. Enquanto a actual situação se mantiver, temos que continuar à procura de soluções para tornar os transportes mais baratos», acrescentou. Nos meios aeronáuticos, comenta-se que a UNITA tem efectuado contactos junto de pilotos e companhias portuguesas e estrangeiras para assegurar os seus transportes.

H.C.M.

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roginaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900/ Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2600/R. 252 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O